

# **MEIO AMBIENTE: DO PONTO DE VISTA DE BACHARÉIS EM TURISMO**

Ms. Elaine dos Santos Andrade Cabral – Mestre em Educação pelo Centro Superior de Ensino de Juiz de Fora

Dra. Maria Queiroga Amoroso Anastácio CES / JF

## **Resumo**

Este trabalho realiza uma reflexão sobre a concepção de meio ambiente na formação de Bacharéis em Turismo, na região de Juiz de Fora. Essa escolha se justifica, tendo-se em vista o enorme crescimento da atividade turística, incentivada pelo governo federal, e, concomitantemente, de Faculdades de Turismo em nosso país e região. Esta é uma pesquisa de cunho qualitativo, que usa como método de abordagem a fenomenologia. Tal abordagem permitiu-nos estar junto aos graduandos e compreender as dificuldades e conflitos entre as questões ambientais, culturais e sociais que permeiam o estudo do Turismo. E ainda, tornou-se perceptível, através desta pesquisa, o quanto o meio ambiente se encontra distante da realidade dos egressos do Curso de Turismo.

**Palavras-Chave:** Meio Ambiente. Educação. Formação de Bacharéis em Turismo.

## **Abstract**

This work accomplishes a reflection about the environment conception in the formation of Bachelors in Tourism, in the area of Juiz de Fora. This choice is justified, because of the increasing of touristy activity, motivated by Federal Government of Brazil what conducted the creation of a great number of Tourism Courses in our country, specially in our area. This is a qualitative research that uses as approach method the phenomenology. Such approach allowed us to be close to the students who will be graduated and understand the difficulties and conflicts among the environmental, cultural and social subjects that permeate the study of the Tourism. And it also became perceptible, through our research, how far the environment is distant of the reality of the bachelors in the Course of Tourism.

**Key Words:** Environment. Education. Formation of Bachelors in Tourism.

## **INTRODUÇÃO**

No Brasil, nos últimos anos, o turismo é um dos segmentos que tem crescido muito, inclusive com o incentivo dos governos federal, estadual e municipal, como uma forma de proporcionar empregos e renda, num momento em que o modelo de economia gera grande número de desempregados. Nesse contexto, obviamente, as Faculdades de Turismo multiplicaram-se.

O planejamento turístico requer o trabalho de uma equipe multidisciplinar de profissionais; envolve a comunidade, os Órgãos Públicos, os empresários, os empreendedores do turismo, as Instituições Educacionais da localidade onde se pretende o desenvolvimento da atividade turística. Assim, o objetivo do planejamento turístico consiste em “ordenar as ações do homem sobre o território e ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada, evitando assim efeitos negativos nos recursos, como sua destruição e a redução de sua atratividade” (MARQUES, 1999, p. 35).

A participação comunitária é de suma importância no planejamento da atividade turística, na medida em que poderá ajudar a desenvolver práticas que não agredam seus modos de vida, mas que se adequem a uma nova realidade, de forma satisfatória, com vistas a manter e a proporcionar o seu próprio bem-estar. Essa idéia é corroborada por Leony (2002), quando diz

que a participação da comunidade local é uma condição necessária para haver um desenvolvimento auto-sustentável; se não for assim, qualquer planejamento estará fadado a desabar. Pode ser esse o caminho que dará a base fundamental de um planejamento turístico, que vise ao desenvolvimento social, cultural e ambiental de uma região, que venha a possibilitar o tão propalado turismo sustentável.

Diante dessas exigências um questionamento fundamental se apresenta sobre a formação do profissional do turismo, no que diz respeito ao meio ambiente tendo-se em vista que esse profissional terá, como uma de suas tarefas profissionais a de planejar o turismo, conciliando os patrimônios naturais, culturais e sociais das localidades turísticas. É desse modo que há possibilidades de se implementar um turismo sustentado.

## **METODOLOGIA**

Escolhemos como metodologia de pesquisa aquela que, de cunho qualitativo, apóia-se na fenomenologia. Optamos por entrevistas gravadas aos egressos de Cursos de Turismo da região, buscando identificar em suas falas quais compreensões desenvolveram, ao longo da graduação, sobre a temática do meio ambiente. Essa pesquisa foi efetuada em três turmas de graduação em Turismo, ao final do ano de 2004: Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Turismo de Santos Dumont e Faculdade Presidente Antonio Carlos de Juiz de Fora.

A pesquisadora apresentava-se, inicialmente ao entrevistado, pedindo-lhe autorização para gravar a conversa, para que nenhum detalhe se perdesse. A pergunta que deveria ser respondida por cada um dos formandos era, também, fornecida por escrito e foi a mesma para todos os entrevistados, explicitada assim: ***Como você percebe a relação do meio ambiente na formação do profissional em turismo?***

O perfil dos formandos era de jovens entre 22 a 27 anos de idade. Foram 27 (vinte e sete) entrevistados no total, sendo que foram escolhidos para o desenvolvimento das análises apenas 06 (seis) depoimentos. Essa escolha foi feita de forma indiferente quanto à instituição de Ensino. Elegeram-se os depoimentos mais pertinentes à pergunta formulada, aqueles que fizeram mais sentido para a entrevistadora, pois, ao se trabalhar fenomenologicamente, não se buscam verdades já postas, mas aquilo que se mostra para uma consciência intencionada, no caso, para a pesquisadora. Muitos entrevistados fugiam ao tema, e ainda outros, apesar de se aterem à temática, eram muito semelhantes aos depoimentos que foram analisados. Por outro lado, analisar a totalidade dos entrevistados estenderia demais a pesquisa.

Depois de transcritas as falas de cada um dos seis depoimentos escolhidos, esses foram analisados, tendo como fio condutor a temática geradora do trabalho, e procurando aquilo que, a nosso olhar, se mostrava como constitutivo do fenômeno meio-ambiente e formação do profissional de turismo, denominada Análise Ideográfica. O momento seguinte foi o de identificar, ao articular esses aspectos constitutivos, as categorias que expõem, por sua vez, a trama dessa relação entre meio ambiente e formação do turismólogo que buscávamos compreender.

## **ANÁLISE NOMOTÉTICA: MOVIMENTO DE PASSAGEM DO INDIVIDUAL PARA GERAL**

Enquanto a análise ideográfica perscrutou o aspecto individual de cada depoimento, ou seja, as análises de significado que mostram os fios que tecem o fenômeno interrogado, a análise nomotética caminha para considerações gerais.

O primeiro passo do método fenomenológico para atingir a essência do fenômeno se chama, em termos técnicos, conforme Bello (2004), redução à essência ou redução eidética. Neste caso, nós tiramos a existência factual, colocando-a entre parênteses (*epoché*), sendo que permanece a essência. A autora acrescenta que não se trata de negar a existência, pois, para Husserl, a existência é um fato óbvio, não é aquilo que interessa, sendo que o que lhe interessa é colocar em evidência a essência.

O segundo passo é ainda mais difícil, continua a autora, pois se trata novamente de uma redução, mas, dessa vez, redução ao sujeito. Sujeito que percebe o que estamos vivendo neste momento, através da sensação da qual tem consciência. “Essa consciência, porém, não implica que nós, a cada momento, estejamos refletindo acerca das sensações que temos [...] nós vivemos muitas sensações [...] mas não refletimos sobre cada uma delas” (BELLO, 2004, p. 88).

A fenomenologia não distingue de modo radical sujeito de objeto; o que conta é a ligação intencional entre os dois. Afirma Bello (2004) que Husserl não queria falar de um sujeito se opondo a um objeto, mas de um sujeito que, de certa forma, contém já em si os objetos, está em relação com os objetos. Essa forma de filosofar se opõe ao Positivismo. O Positivismo foi o movimento filosófico que marcou o fim da Teoria do Conhecimento, colocando em seu lugar uma Filosofia da Ciência, ou seja, o conhecimento científico produzido; coloca os sujeitos separados, distantes de seu objeto de pesquisa.

Para esclarecermos melhor, o que seja redução fenomenológica, Bicudo (2000) diz que, após conseguirmos, em cada unidade de significado, invariantes, ou seja, descrições das falas de sujeitos diferentes com um mesmo sentido, que são percebidas ao longo da construção da análise ideográfica, o próximo movimento será a união desses invariantes. A reunião desses invariantes possibilita a movimentação para um nível maior de articulações possíveis, encaminhando-nos em direção a invariantes cada vez mais abrangentes. Passamos, então, à análise nomotética que, continuando a redução, indica os grandes invariantes, que a autora chama de categorias abertas. Tais categorias são interpretadas efetuando um movimento de reflexão transcendental que constitui-se na descrição, análise fenomenológica-hermenêutica, ideográfica e entendimento de todos os envolvidos na pesquisa: sujeitos, pesquisadores e autores. E, ainda, segundo Bicudo (2000) é efetuada uma reflexão pelo pesquisador, junto a seus pares, sobre o sentido que esses dados e respectivas análises fazem para si e com os demais.

Após a análise nomotética das falas dos depoentes no presente trabalho foram identificadas duas grandes categorias: Concepções de Meio Ambiente e Educação. Essas se articulam em diferentes invariantes ou subcategorias, formando uma grande rede, onde Turismo, Meio Ambiente e Educação estão intimamente relacionadas.

## **I - CONCEPÇÕES DE MEIO AMBIENTE**

Ao iniciar a pesquisa de campo e apresentar a questão aos formandos do Curso de Turismo “*Como você percebe a relação do meio ambiente na formação do profissional em turismo*”, a maioria dos entrevistados mostrou-se perplexa diante do que lhes era perguntado. Uns perguntavam se era meio ambiente natural, outros se se queria dizer o mercado de trabalho, e ainda outros se desculpavam por não saber responder corretamente, porque não tinham refletido sobre a questão.

Diante do que os depoimentos mostraram, procuramos clarear a complexidade e as variáveis que permeiam o estudo do meio ambiente e, iniciamos por uma aproximação, através da legislação brasileira, do conceito de meio ambiente, com o intuito de compreender a dificuldade mostrada por esses profissionais ao serem abordados, através da entrevista, sobre tal questão. Pois, os depoimentos apontam para um meio ambiente distante, longe de seu cotidiano. A maioria dos entrevistados expressou-se de forma vaga e não se percebe inserida ao meio ambiente. É importante salientar que estes profissionais irão trabalhar com a matéria prima do Turismo, que são os: patrimônios naturais, culturais, sociais de determinada localidade, tendo em vista a implantação do turismo sustentado.

O turismo, por ser considerado um fenômeno social que provoca o deslocamento de pessoas de seu lugar de origem, “envolve um conjunto de relações sociais dos seres humanos, com sua história, sua cultura, seu ambiente natural e arquitetônico” (LEMONS, 2002, p. 85). Necessita de gerar um sistema organizado, capaz de agregar um conjunto de bens e serviços de informação, estada, alimentação, entretenimento, elementos de infra-estrutura geral e específica que tenham força de atrair determinado fluxo de pessoas de outras localidades, ou seja, os turistas. Nesse sentido, entendemos a relevância que as questões ambientais devam permear toda a grade curricular do Curso de Turismo, devido à complexidade que o tema enseja.

Assim, para Milaré (2000), a expressão “meio ambiente” foi utilizada pela primeira vez pelo naturalista francês Geoffroy de Saint-Hilaire, na obra *Études prégressives d'un naturaliste*, de 1835, e a paternidade tendo sido dada a Augusto Comte em seu Curso de Filosofia Positiva. De acordo com o autor, meio ambiente pertence a uma daquelas categorias cujo conteúdo é mais facilmente intuído que definível, como consequência da riqueza e complexidade que encerra, não existindo acordo entre os especialistas sobre o que seja meio ambiente.

Comenta Milaré (2000) que, em sentido vulgar, a palavra ambiente indica lugar, o sítio, o recinto, o espaço que envolve os seres vivos e as coisas. E ainda, a expressão meio ambiente é redundante, uma vez que ambiente já inclui a noção de meio. Entretanto, a expressão meio ambiente é utilizada, em vez de ambiente apenas, pela doutrina, lei, jurisprudência, pela mídia brasileira, enfim pela maioria das pessoas.

A problemática do meio ambiente na legislação brasileira, decorre da interferência no *habitat* natural do planeta, seja através de atividade industrial, explosão demográfica, turismo, dentre outras. E desde a Lei N° 6.938/81 – Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, procura-se uma definição, a fim de darem contornos mais precisos ao termo meio ambiente. Assim, o Art. 3º, Inciso I, define meio ambiente como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. Observamos então, nesse conceito, que nenhuma referência é feita às variáveis econômicas e sociais.

Por sua vez, o conceito jurídico de meio ambiente na Resolução Conama 001/1986 no Art 6º, Inciso I, Alíneas a, b e c, já amplia aquele conceito, pois, para o diagnóstico ambiental de influência de um projeto, deve-se considerar o meio físico, meio biológico e sócio-econômico.

A Constituição Federal de 1988, de maneira esparsa, cuidou dos recursos ambientais em vários de seus artigos, ampliando enormemente a proteção dos recursos naturais, dos culturais, dos artísticos, paleontológicos etc.

A noção atual de meio ambiente, sob uma ótica moderna, corresponde a meio ambiente natural, integrado por solo, água, ar, fauna, flora e de meio ambiente artificial (ou humano), constituído por sítios, edificações e equipamentos produzidos pelo homem, derivados em assentamentos urbanísticos, assim como por valores históricos e culturais (PINTO, 1998, p. 12).

A área ambiental é um assunto complexo, relativamente recente, tratado de forma difusa na ampla legislação brasileira, onde presumimos haver pessoas de notório saber para legislar, e, onde se nota não haver um consenso entre a maioria dos autores. Por esse olhar, portanto, não é de se surpreender tanto com a perplexidade de alguns dos entrevistados, quando o assunto tratado é meio ambiente.

## **1.1 Ambiente Natural**

O estudo do meio ambiente, há muito tempo, ultrapassou os limites da ecologia, como foi proposto inicialmente pelo zoologista alemão Ernest Haeckel, em 1870, que cunhou o termo ecologia. Conforme Ricklefs (1996), a palavra vem do grego *oikos*, que denota casa, e *logia*, estudo. Significa o estudo do meio ambiente natural e das relações dos organismos entre si e com os seus arredores.

O contexto dessa definição dada por Haeckel é uma visão estrita de meio ambiente, por limitar-se ao cenário natural em que se desenvolvem as relações dos seres vivos entre si e com seu meio, ou seja, solo, água e ar. Atualmente, o estudo da Ecologia é muito mais abrangente do que no seu início.

Ao se debruçar, porém, sobre as falas dos graduandos, podemos perceber que eles ainda possuem essa visão estrita de meio ambiente. No intuito de uma melhor compreensão daqueles depoimentos, empreendemos esforços no sentido de elucidar o que induz esses profissionais, a

manifestarem opiniões confusas sobre suas expectativas, julgamentos e condutas nas relações entre o homem e o meio ambiente, que perpassa pela Educação.

## **II - EDUCAÇÃO**

Na reflexão de como se processa a Educação, a formação dos bacharéis em Turismo, vislumbra-se que a teoria ministrada encontra-se distante da realidade prática dos graduandos. Ao buscarmos os estudos empreendidos por CAPRA (2001), este afirma que a partir do século XVII, houve uma divisão e fragmentação da Ciência, gerando estudos especializados, referidos à corrente filosófica conhecida como “racionalismo” ou “racionalismo cartesiano”. Formulada pelo filósofo francês René Descartes (1596-1650), o racionalismo cartesiano pode ser conceituado como a doutrina que atribui à razão humana a capacidade exclusiva de conhecer e estabelecer a verdade, independentemente da experiência dos sentidos.

A crença na certeza do conhecimento científico está na própria base da filosofia cartesiana e na visão de mundo dela derivada, e foi aí, nessa premissa essencial, que Descartes errou. A física do século XX mostrou-nos de maneira convincente que não existe verdade absoluta em ciência, que todos os conceitos e teorias são limitados e aproximados. A crença cartesiana na verdade científica é, ainda hoje, muito difundida e reflete-se no cientificismo que se tornou típico de nossa cultura ocidental. Muitas pessoas em nossa sociedade, tanto cientistas como não cientistas, estão convencidas de que o método científico é o único meio válido de compreensão do universo. O método de pensamento de Descartes e sua concepção da natureza influenciaram todos os ramos da ciência moderna e podem ser ainda hoje muito úteis. Mas só o serão se suas limitações forem reconhecidas. A aceitação do ponto de vista cartesiano... Desempenhou um importante papel na instauração de nosso atual desequilíbrio cultural (CAPRA, 2001, p. 53).

Conforme Capra (2001), a concepção cartesiana ou bidimensional da natureza, é um legado atribuído a Descartes; ele fomentou um distanciamento do meio ambiente natural, enfatizando a divisão entre o espírito e a matéria que levou a uma concepção de universo como um sistema simplesmente mecânico. Tal concepção mecanicista do mundo perdura ainda na base da maioria das ciências, e continua a influenciar em muitos aspectos da vida, principalmente na fragmentação das teorias educativas e, conseqüentemente, das disciplinas acadêmicas. E também na maneira desconectada que as pessoas se relacionam umas com as outras e com a natureza de maneira geral.

### **2.1 Relação Turismo – Meio Ambiente**

Ao analisarmos por esse prisma: fragmentação das teorias educativas, compreende-se a forma difusa com que os graduandos em turismo abordam as relações entre turismo e meio ambiente, que tem como uma de suas causas a fragmentação do saber, havendo influenciado também, segundo a opinião dos alunos, os currículos escolares.

A educação clássica formal não tem cumprido o seu papel. Desde o ensino básico até o nível superior, tem se preocupado com um massivo ensino teórico, muito distanciado da realidade dos alunos.

Ao resgatarmos a História da Educação no Brasil, observamos que a crise na Educação acentua-se a partir da década de (19)70, com reflexos na atualidade. Durante esse período conforme Barreto (2004), são assinados acordos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento de financiamentos de projetos de educação, que tivessem a mesma filosofia desenvolvimentista, que caracterizava o banco. Aqueles projetos enfatizavam o ensino profissionalizante. O primeiro projeto, executado entre 1971 e 1978, previa assegurar a melhoria e a expansão do ensino técnico de segundo grau, industrial e agrícola.

No entanto, assevera Barreto (2004), nessa época, houve, ao contrário, uma grande expansão do ensino universitário, em detrimento do ensino de primeiro e segundo graus; tendência que perdura até hoje, conforme demonstram dados recentes “que revelam que se

destina quase três vezes mais verba ao ensino universitário do que ao segundo grau, atendendo, porém, a uma quantidade muito menor de pessoas” (BARRETO, 2004, p. 26).

Acrescenta que as recomendações do Banco Mundial para a educação superior também aconselhavam a privatização desse nível de ensino e a aplicação dos recursos públicos nas instituições privadas. Esse mecanismo permitiu a proliferação de cursos privados de baixo custo e alta lucratividade, entre os quais, os de turismo.

Os cursos privados, conforme Barreto (2004), em sua maioria, exceto instituições de grande porte como fundações e universidades vinculadas a grupos religiosos economicamente solventes, não alcançaram as diretrizes propostas pela reforma universitária de 1968, no sentido de oferecerem cursos adaptados à realidade do mercado e de manterem corpo docente em tempo integral e com dedicação à pesquisa e à extensão, o que estava previsto no projeto de reforma. No entanto, essas instituições foram as que mais acataram a diretriz de “planejar cursos para atender às exigências observadas em âmbito regional (p. 258)<sup>1</sup>, embora muitas vezes as exigências sejam aparentes, obedecendo a modismos” (BARRETO, 2004, p. 28).

Nesse contexto, dois fenômenos se instauram em conjunto: o pedagógico e o social.

O ensino superior passa a ministrar educação técnica e operacional (deslocada do ensino médio). Forja-se a qualificação ‘pelo alto’, porque as pessoas acreditam que estão tendo ensino universitário quando estão recebendo capacitação técnica. Ao mesmo tempo, dando-se às pessoas o *status* de “universitários”, forja-se a ascensão social (BARRETO, 2004, p. 29).

Ou seja, saberes que antes eram ministrados no ensino de segundo grau, ou em cursos técnicos, passaram a ser fornecido no nível superior. Obriga-se, dessa forma, a quem quiser obter maiores conhecimentos, frequentar um curso universitário. No entendimento da autora, minimizando o nível de conhecimentos no primeiro e segundo graus, fabrica-se a necessidade de continuar os estudos; dessa maneira, aplicam-se à educação as mesmas leis que regem, no capitalismo, o consumo de qualquer bem ou serviço: estimular a compra permanente, criando-se a necessidade de melhoria ou renovação. O que foi exposto acima reflete, nitidamente, na fala de diversos profissionais entrevistados.

Vivemos, também, outra contradição na contemporaneidade: de um lado, ao criticarmos o modelo fragmentado da Educação, os especialistas; e de outro, a ênfase em prol de uma Educação mais totalizadora dos saberes.

Ora, se compete à universidade formar cientistas, pesquisadores e produtores do conhecimento, o que a faz ser considerada uma instância avançada em relação ao ensino de técnicas reprodutivas, percebe-se junto aos universitários de graduação, aqui pesquisados, que eles não se sentem preparados para serem inseridos no mercado de trabalho.

A pesquisa deixa entrever a importância e a exigência de melhorias do ensino do turismo, em propiciar conhecimentos teóricos capazes de materializarem-se em práticas eficazes, capacitando, e potencializando, nos graduandos, a capacidade de observação, de crítica e síntese dos conhecimentos adquiridos.

## 2.2 Educação Ambiental no Turismo

A Educação Ambiental tem sido bastante discutida atualmente em vários e diferentes contextos. A qualidade de vida em nosso planeta tem rapidamente se deteriorado, com o comprometimento não somente dos aspectos físicos ou biológicos mas, principalmente, dos fatores sociais, econômicos e políticos.

Consideramos que a Educação Ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente mais justas e

---

<sup>1</sup> Página referente ao relatório Atcon, citado por Margarida Barreto em seu texto.

ecologicamente mais equilibradas que conservam entre si a relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva em níveis local, nacional e planetário.

A Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, instituída pela Lei Nº 9.795, sancionada em 27 de abril de 1999 e Regulamentada pelo decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002, reconhece a Educação Ambiental como um componente urgente, essencial e permanente em todo o processo educativo, formal e não formal, como orientam os Artigos 205 e 225 da Constituição Federal.

Diferente de outras Leis, não estabeleceu regras ou sanções, mas responsabilidades e obrigações. Envolve em sua esfera de ação, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Ao definir responsabilidades e inserir na pauta dos diversos setores da sociedade, a PNEA institucionaliza a Educação Ambiental, legaliza seus princípios, a transforma em objeto de políticas públicas, além de fornecer à sociedade um instrumento de cobrança para a promoção da educação ambiental.

De acordo com Leite (2001), a Educação Ambiental se processa do seguinte modo: Educação Formal ou Escolar, Educação Informal e Educação Não-formal.

No turismo, todas essas modalidades de educação podem ser utilizadas, porém Educação Ambiental no Turismo é, na maioria das vezes, confundida com Ecoturismo, Turismo Ecológico, dentre outras modalidades de turismo, que acontecem no espaço não urbano, como forma de exercitar a sensibilização para a mudança de hábitos e valores nos turistas em relação ao ambiente natural.

No entendimento de Pagani (1996), a interpretação ambiental é utilizada como técnica didática, flexível, moldável às mais diversas situações, que busca esclarecer os fenômenos da natureza para determinado público alvo, em linguagem adequada e acessível, utilizando os mais variados meios auxiliares para tal. A interpretação procura promover nesse público o sentimento de pertença à natureza, através da sua transformação íntima em relação aos recursos naturais, dos recursos culturais, da sua compreensão e de seu entendimento, na esperança de gerar seu interesse, sua consideração e seu respeito pela natureza e, conseqüentemente, pela vida.

Entendemos que o turismo possibilita uma abrangência muito maior para exercitarmos a Educação Ambiental, não só através do Ecoturismo. Mas, utilizando-se da Interpretação Ambiental, que, numa definição bem simples, significa o processo de adicionar valor à experiência de um lugar, por meio da provisão de informações e representações que realcem a história e suas características culturais e ambientais.

Outra possibilidade de se conseguir o turismo sustentável é, o “como” educar os turistas e a comunidade local. De acordo com a OMT (2003), o público local em geral e, principalmente, as comunidades próximas aos locais de desenvolvimento turístico precisam ser educadas com relação ao turismo, aos seus benefícios, como superar seus problemas, aos planos e programas de implantação turística. É importante despertar a consciência da comunidade em relação à conservação ambiental das áreas naturais, à conservação dos sítios arqueológicos e históricos, à manutenção das artes, artesanatos tradicionais e à melhoria da qualidade ambiental.. As técnicas básicas de conscientização pública, que a OMT (2003) recomenda, é a mídia em todos os níveis, a educação escolar em todos os níveis, reuniões com a comunidade, seminários e conferências, dentre outros recursos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tornou-se perceptível, através desta pesquisa, o quanto o meio ambiente se encontra distante da realidade dos egressos do Curso de Turismo. É de se lamentar esse diagnóstico, tendo em vista que, na própria fala de todos os graduandos, mesmo teoricamente, eles admitiram a importância de um ambiente saudável para a perpetuação da atividade turística. Mas revelaram-se incapazes de propiciá-lo efetivamente. Verifica-se a necessidade das instituições superiores definirem melhor qual a concepção de turismo que orienta as propostas dos cursos. Isso porque esta pesquisa reflete que os egressos do Curso de Turismo têm muita dificuldade em articular as questões ambientais com a atividade.

O exposto é corroborado pelo diagnóstico do PNT, para o período de 2003 a 2007, quando diz que no Brasil, o turismo, apesar dos avanços obtidos nos últimos anos, está longe de ocupar um lugar, nos cenários turísticos mundial, compatíveis com suas potencialidades e vocações. A falta de articulações entre os setores governamentais tem gerado políticas desencontradas, fazendo com que os recursos destinados ao setor se percam em ações que se sobreponham ou que não estejam direcionados para objetivos comuns.

Observam-se inúmeros projetos turísticos na atualidade que conseguem minimizar os impactos ambientais. Os exemplos brasileiros bem sucedidos, que podemos citar, são os de algumas comunidades que receberam o turismo de forma inteligente e não passiva. Para isso, organizaram-se de forma cooperativista, através de associações comunitárias e cooperativas, juntamente com os Órgãos Públicos, empresários e as Instituições de Ensino das localidades. É o Planejamento Turístico atuando conjuntamente com todos os atores envolvidos no processo.

Dentre as possibilidades de turismo sustentável, destacam-se todas as formas de turismo brando e responsável, com grupos reduzidos de pessoas a visitarem determinadas localidades. Essa é a tendência da atualidade, onde o importante é desenvolver o turismo em uma região com o intuito de se promover a conservação do patrimônio natural, dos lugares históricos e das tradições culturais, ou seja, o Turismo de base local.

Outros fatores têm que ser devidamente cuidados, pois o turismo trabalha com muitas áreas (multidisciplinaridade), que não representam uma efetiva construção conjunta em função de um problema concreto, mas apenas existe troca de informações, com a finalidade de se atingirem determinados objetivos.

Educar o modo de ver e observar é importante para a percepção e a autotransformação, conscientizando-se a pessoa de sua participação no meio ambiente, na realidade cotidiana. O desafio consiste numa mudança de postura necessária a um projeto mais ambicioso, que é o de discutir e rever o ensino no Brasil, em todos os níveis, não só na graduação superior, no que concerne às questões ambientais.

É preciso mover, no sentido de vivenciar essa prática transformadora e não permanecer somente no discurso intelectual transformador, porque o ônus maior incide para o lado da Educação, quer se queira ou não. “Atenção particular merecem as instituições educativas, porque sobre elas recai o enorme compromisso de formar profissionais em todos os níveis para o setor” (PNT, 2003, p 40).

## **BIBLIOGRAFIA**

BARRETO, Margarida. TAMANINI, E. SILVA M. I. P. **Discutindo o ensino universitário de Turismo**. Campinas: Papirus, 2004. 95 p.

BELLO, Ângela Ales. **Fenomenologia e Ciências Humanas**. Bauru: Edusc, 2004. 329 p.

BICUDO, Maria Aparecida V. **Fenomenologia confrontos e avanços**. São Paulo: Cortez, 2000. 167p.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação**. 22. ed. São Paulo: Cultrix, 2001. 447 p.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito moderno da natureza intocada**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 23-40.

LEITE, Ana L. T. A.; MEDINA, Nana M. (Coord.). **Educação ambiental: curso básico à distância II**. 2. ed. Brasília: MMA, 2001.

LEMONS, Leandro de. **Para além da superfície: um exame teórico sobre eventos turísticos**. In: GASTAL, Susana (Org.). **Turismo: investigação crítica**. São Paulo: Contexto, 2002. 110 p.

LEONY, Ângela. Circuito do Diamante: uma abordagem do Ecoturismo na Bahia. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo e ambiente: reflexões e propostas**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. 177 p.



MARQUES, Maria Ângela.BISSOLI, Ambrizi. **Planejamento Turístico Municipal com Suporte em Sistemas de Informação**. 2 ed. São Paulo: Futura, 1999. 170 p

MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. 687 p.

OMT – Organização Mundial de Turismo. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003. 168 p.

.PAGANI, Maria Inez et. al. As trilhas interpretativas da natureza e o Ecoturismo. In: LEMOS, Amália Inês G. **Turismo: impactos socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 151-163.

PINTO, Antonio Carlos Brasil. **Turismo e Meio Ambiente: aspectos jurídicos**. São Paulo: Papirus, 1998. 192p.

PLANO NACIONAL DO TURISMO - PNT. **Diretrizes, Metas e Programas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

RICKLEFS, Robert. **A economia da natureza**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabra Koogan S. A., 1996. 470 p.

---

Elaine dos Santos Andrade Cabral E-mail: [njc@terra.com.br](mailto:njc@terra.com.br)

Maria Queiroga Amoroso Anastácio E-mail: [maria.queiroga@terra.con.br](mailto:maria.queiroga@terra.con.br)